

INRC - INVENTÁRIO NACIONAL DE REFERÊNCIAS CULTURAIS FICHA DE IDENTIFICAÇÃO LOCALIDADE	CÓDIGO DA FICHA					
	--	--	--	--	F11	--
	UF	SÍTIO	LOC.	ANO	FICHA	NO.

1. LOCALIZAÇÃO

SÍTIO	Comunidade Mbyá-Guarani em São Miguel das Missões
LOCALIDADE	Reserva Indígena Inhacapetum (RI Inhacapetum)
MUNICÍPIO / UF	São Miguel das Missões, RS.

2. FOTOS

OBS.: PARA LISTA COMPLETA DAS FOTOS INVENTARIADAS, CONSULTAR O **ANEXO 2: REGISTROS AUDIOVISUAIS**.

130 – Futebol na aldeia
172 – Paisagem Inhacapetum
193 – Rio Piratini
197 – Praia do rio Inhacapetum

3. REFERÊNCIAS CULTURAIS

OBS.: PARA LISTA COMPLETA DOS BENS INVENTARIADOS, CONSULTAR O **ANEXO 3: BENS CULTURAIS INVENTARIADOS**.

SÍNTESE
Reserva Indígena Inhacapetum é a segunda localidade do <i>tape</i> que faz parte do Sítio “comunidade <i>Mbyá-Guarani</i> em São Miguel Arcanjo”, sendo unidade de terra reconhecida oficialmente enquanto reserva destinada ao uso vitalício e exclusivo dos <i>Mbyá-Guarani</i>. Sua área soma duzentos e trinta e seis hectares localizados à margem esquerda do referido rio e foi adquirida de particulares pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul em 2000 com o objetivo específico de ser transformada em Reserva Indígena. No local se criou uma das mais populosas aldeias dos <i>Mbyá</i> no Estado, chamada <i>Tekoá Koenju</i> [ver Ficha de Identificação de Lugar em anexo]. Ela apresenta algumas condições ambientais favoráveis ao abrigo de mais ou menos duzentos e dez pessoas. Possui uma porção das extensas matas às margens do rio Inhacapetum, que é continuidade de toda a floresta de galeria que existe enquanto corredor ecológico que integra as cabeceiras deste rio com vale do rio Piratini, onde aquele desemboca. A área também dispõe de campos nativos e capoeira em regeneração florestal. Apresenta algumas espécies vegetais de importância ao sistema da vida <i>Mbyá</i>, assim como de fauna aquática, terrestre e aérea. Seu afastamento em relação ao convívio com os <i>juruá</i> (não-índios) permite a manutenção de práticas tradicionais como caça, pesca, coleta, cultivo, confecção de artesanato, construção de habitações e de casas de rezas, relações de aliança interfamiliares e celebrações rituais aldeãs. A RI Inhacapetum é central na vida dos <i>Mbyá</i> que circulam pelo Parque Arqueológico de São Miguel Arcanjo, onde se dá a reprodução do <i>Nhande Rekó</i> (Modo de ser) tradicional, onde eles residem e partilham as tarefas que lhes cabe na modalidade doméstica de produção, distribuição e consumo de bens e serviços. Assim, São Miguel serve apenas como espaço complementar à vida desta comunidade, embora também ponto de referência que tem ampliado a visibilidade dos <i>Mbyá-Guarani</i> no contexto da sociedade regional e da nação brasileira. Por isso, esta localidade foi identificada com maior profundidade e durante a maior parte do tempo de aplicação do

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: LOCALIDADE	--	--	--	--	F11	--
---	----	----	----	----	------------	----

inventário. Foram identificadas e registradas diversas referências culturais:

Lugar: *Tekoá Koenju*

Edificação: *opy* (casa de reza)

Edificação: *oó* (casas tradicionais)

Formas de Expressão: *Jerojy* (música e dança Mbyá-Guarani)

Ofícios e Modos de Fazer: Artesanato

Ofícios e Modos de Fazer: Pesca

Ofícios e Modos de Fazer: Caça

Ofícios e Modos de Fazer: Coleta

4. DESCRIÇÃO

OBS.: PARA LISTA COMPLETA DOS DOCUMENTOS ESCRITOS INVENTARIADOS, CONSULTAR O ANEXO 1: BIBLIOGRAFIA.

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: LOCALIDADE	--	--	--	--	F11	--
---	----	----	----	----	------------	----

4.1. POPULAÇÃO E LOCALIZAÇÃO

4.1.1 – LOCALIZAÇÃO :

A área demarcada da Reserva Indígena Mbyá-Guarani do Inhacapetum conta com 236,33 ha e fica localizada dentro do município de São Miguel das Missões, no 4º distrito, denominado São João das Missões, entre as latitudes 28º 39.988' Sul e 28º 40.785' Sul, as longitudes 054º 41.537' Oeste e 054º 39.275' Oeste e altitudes variando de 151 a 236 metros a.n.m.

Seus pontos-limite são, ao leste, o rio Inhacapetum, um dos afluentes do rio Piratini (afluente da margem esquerda do médio rio Uruguai) e o município de Bossoroca; ao sul por linha seca por cerca 2 km até alcançar um braço do rio Inhacapetum; ao norte, uma linha de divisa por estrada de cerca de 3,113 km com o Assentamento da Barra de posse do Movimento dos Sem Terra (MST) e a oeste por 620,7 m. na estrada de acesso à Reserva Indígena, ao assentamento e à localidade conhecida como Rincão dos Machados, terras estas que restaram da divisão dos bens da família Furtado antiga proprietária de terras desta região.

A *Tekoá Koenju* (Aldeia Alvorecer) situa-se à margem direita do rio Inhacapetum, a uma distância de 17,9 km em direção a sudeste em linha reta da zona urbana do município de São Miguel das Missões ou aproximadamente 26 km da única estrada que dá acesso à Reserva partindo de São Miguel.

4.1.2 - POPULAÇÃO

A população Mbyá da Reserva Indígena Inhacapetum teve um relativo crescimento desde 2000, quando foi criada. Antes disso, o local não apresentava ocupação indígena, sendo área privada. Até então, havia uma aldeia *Mbyá* apenas na cidade de São Miguel, junto ao Parque da Fonte Jesuítica. Ali viveram algumas famílias, totalizando até quase setenta pessoas, quando foram deslocados para residir definitivamente junto ao rio Inhacapetum. A aldeia da cidade foi desativada, restando apenas a utilização das ruínas de uma antiga casa dentro do Parque Arqueológico de São Miguel como local de acampamento quando precisam pernoitar na cidade.

Considerando que hoje (set/2006) a comunidade da RI Inhacapetum tem duzentos e sete habitantes, constata-se um significativo crescimento demográfico desde sua criação, numa taxa de aproximadamente 200% de elevação no período de cinco anos. Embora se deva considerar que estes números são apenas ilustrativos, na medida em que há constante variação no número de membros da comunidade (deslocamento de famílias e indivíduos para outras *tekoá*, visitas etc.). Este significativo crescimento se deve principalmente ao deslocamento de outras famílias para residirem na RI Inhacapetum, vindos principalmente de Missiones (Argentina), e em menor parte pelo número de nascimentos (6) dos *Mbyá* em São Miguel neste período.

RI Inhacapetum e São Miguel das Missões são duas localidades que se somam em atrativo ao afluxo de novas famílias *Mbyá*. Com a criação da Reserva, surgiu espaço para a execução de uma série de projetos em benefício da comunidade *Mbyá*, além das condições ambientais favoráveis à criação da *tekoá* (aldeia).

A fertilidade do solo em algumas partes da Reserva possibilita que se façam roçados, algumas vezes castigados pela estiagem de verão.

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: LOCALIDADE	--	--	--	--	F11	--
---	----	----	----	----	------------	----

Os principais produtos agrícolas cultivados pelos Mbyá são espécies de milho tradicional *avati eté* – o milho Guarani, (que inclusive têm função religiosa no tempo da colheita e das celebrações), a mandioca doce, batata doce, feijão e a melancia. Iniciou-se o plantio de algumas espécies frutíferas, a fim de enriquecer a prática extrativista típica destes ameríndios. Criam também galinhas por grupo familiar, tendo quase que todas as casas da Reserva sua criação própria de galinhas. Os Mbyá criam-nas soltas na área, diferenciando a quem pertencem pela cor da fitas de tecido atadas nas suas patas

Dentro da Reserva, através de recursos do Governo Estadual da EMATER, foram construídas 18 casas de toras de madeira e telhas de barro, segundo uma tentativa de adequação ao estilo *Mbyá* de habitação. Este número ainda é insuficiente para abrigar todas as famílias da Reserva, o que é equacionado através da construção de casas tradicionais (oó) pelos *Mbyá*, feitas em pau a pique, recobertas de barro e cobertas com palha ou lona.

Apenas recentemente a Reserva passou a dispor de energia elétrica, que abastece cada uma das casas construídas pelo Estado com um contador de consumo (para posterior cobrança do valor correspondente). Com a energia elétrica, tornou-se possível movimentar motor para bombeamento de água de poço artesiano até caixa de armazenagem, da qual sai canalização que abastece boa parte das casas. Não existem módulos sanitários na Reserva, uma vez que o sistema de uso do mato para a evacuação de fezes e urina pode se reproduzir pela amplitude da área da aldeia.

Principalmente as crianças *Mbyá* são atendidas por uma escola de 1ª a 4ª série do Ensino Fundamental, mantida pelo Governo do Estado, localizada na Estância da Barra, onde estão matriculadas 36 crianças, divididas em 17 matriculadas na 1ª série, 6 na 2ª série, 7 na 3ª série e 6 na 4ª série. Os *Mbyá*, entretanto, reclamam da distância da Reserva até a Escola, o que reflete no alto índice de faltas dos alunos na sala de aula, apesar da existência de um ônibus buscando os alunos diariamente dentro da Reserva para irem assistir às aulas.

Os *Mbyá* são atendidos também por programas de saúde da FUNASA contando com três agentes de saúde, sendo um deles *Mbyá*. Existe um posto de saúde localizado no centro da aldeia, em uso atualmente. Sabemos também disporem os *Mbyá* de um quarto de internação gratuito exclusivo no único hospital de internação de São Miguel das Missões. Os dados da saúde dos *Mbyá* na região são muito deficientes, não sendo disponibilizado pela Secretária Municipal de Saúde apesar de nossas diversas solicitações.

4.1.3 - Relação com as demais localidades :

A Localidade Reserva Indígena Inhacapedum tem grande ligação com a Localidade de São Miguel, na medida em que são os mesmos *Mbyá* que circulam entre elas. Existe uma relação de complementaridade entre elas, pois metade do tempo de cada família é destinado aos trabalhos realizados na aldeia, obtendo matérias-primas e confeccionando artesanato; para na outra metade do tempo ficar em São Miguel vendendo as peças confeccionadas, adquirindo víveres com o dinheiro obtido na venda e para dispor de outros serviços na cidade. Por isso foi construída em 2004 uma casa de passagem no Parque Arqueológico de São Miguel, que serve para abrigar os *Mbyá* em permanência na cidade.

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: LOCALIDADE	--	--	--	--	F11	--
---	----	----	----	----	------------	----

Embora não sendo identificadas como localidades integradas ao Sítio Comunidade Mbyá em São Miguel, a Reserva Indígena Inhacapetum está localizada ao lado de dois assentamentos de colonos sem-terra: Grito de Sepé e Barra. A relação mantida entre os *Mbyá-Guarani* e os pequenos agricultores inclui diversos níveis de sociabilidade, desde a presença das crianças na escola do assentamento; também nos pedidos de auxílio nas lidas de plantio e de criação de galinhas e de gado por parte de alguns indígenas; na compra de produtos como refrigerantes, bebidas alcoólicas, fumo e de gêneros alimentícios produzidos pelos assentados (como carnes e legumes) etc.

A relação que os Mbyá mantêm com os fazendeiros circundantes é dicotômica, na medida em que existe uma confusão dos Mbyá como se eles fossem Sem-Terra, tal qual os colonos que habitam os referidos assentamentos que se avizinham à Reserva Indígena. Os fazendeiros de São Miguel tornaram-se resistentes à chegada dos assentamentos no interior do Município, o que se manifesta na luta entre partidos políticos e em situações de confronto gerado por provocação de ambos os lados.

Uma ocorrência policial exemplifica esse fato, quando dois adolescentes *Mbyá* foram ameaçados de prisão por um fazendeiro vizinho acompanhado de dois peões seus empregados, porque aqueles tentavam derrubar um favo de mel de uma árvore dentro de sua propriedade privada. O fazendeiro confiscou as ferramentas dos índios e fez ocorrência policial na D.P. de São Miguel, onde os *Mbyá* foram acusados de invasão de propriedade e de roubo (2004).

Houve a necessidade de intervenção do Cacique Floriano, prestando depoimento a fim de esclarecer sobre as razões culturais implicadas no caso. O discurso de Floriano serviu para explicitar a questão em torno da territorialidade *Mbyá*, que se pauta pela circulação livre no espaço terrestre e que considera toda área de natureza como um espaço legítimo de obtenção de recursos, mesmo que hoje sobre ele exista a propriedade privada. Floriano apontou que os adolescentes considerados infratores não fizeram qualquer dano à propriedade e ao patrimônio particular do fazendeiro, pois buscavam o mel que é um recurso natural do mato e que, segundo os *Mbyá*, é um patrimônio deixado pelos deuses dos Guarani para o uso por eles, os originários habitantes desta região.

Não é apenas animosidade o que existe entre fazendeiros locais e os Mbyá do Inhacapetum. O proprietário da fazenda localizada do outro lado do rio teve uma reação diversa, quando se deparou com a presença dos Mbyá caçando e coletando dentro das matas de sua propriedade. Ele apenas chamou os índios para conversar, ofereceu alimento e disse que não se opunha ao fato deles estarem realizando suas atividades tradicionais nas matas de sua fazenda. Assim, os *Mbyá* do Inhacapetum podem realizar suas tradicionais expedições de caça e coleta por ambas as margens do rio, acessando a ilha com floresta ao lado da Reserva Indígena e até pontos mais distantes.

Uma outra interferência sobre a RI Inhacapetum é a grande frequência de visitantes não-indígenas vindos de São Miguel, de Santo Ângelo, Ijuí e de outras cidades próximas e distantes, para conhecerem os atrativos culturais disponibilizados pela comunidade. O cacique Floriano e muitos *Mbyá* consideram essa prática muito adequada, porque permite sensibilizar os brancos sobre a cultura *Mbyá*, além de servir como fonte de divisa, porque muitas vezes os visitantes chegam com presentes arrecadados (alimentos e roupas) e também compram artesanato das famílias *Mbyá*.

A Reserva Indígena Inhacapetum ainda recebe a visita freqüente de técnicos dos diversos órgãos e instituições que prestam serviços à comunidade (secretarias municipais, FUNASA, FUNAI) e outras de caráter assistencial. Em períodos de campanha política, a comunidade fica dividida pela disputa de partidos, o que gera inclusive conflitos abertos.

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: LOCALIDADE	--	--	--	--	F11	--
---	----	----	----	----	------------	----

A relação que os Mbyá mantêm com os fazendeiros circundantes é dicotômica, na medida em que existe uma confusão dos Mbyá como se eles fossem Sem-Terra, tal qual os colonos que habitam os referidos assentamentos que se avizinham à Reserva Indígena. Os fazendeiros de São Miguel tornaram-se resistentes à chegada dos assentamentos no interior do Município, o que se manifesta na luta entre partidos políticos e em situações de confronto gerado por provocação de ambos os lados.

Uma ocorrência policial exemplifica esse fato, quando dois adolescentes Mbyá foram ameaçados de prisão por um fazendeiro vizinho acompanhado de dois peões seus empregados, porque aqueles tentavam derrubar um favo de mel de uma árvore dentro de sua propriedade privada. O fazendeiro confiscou as ferramentas dos índios e fez ocorrência policial na D.P. de São Miguel, onde os Mbyá foram acusados de invasão de propriedade e de roubo (2004).

Houve a necessidade de intervenção do Cacique Floriano, prestando depoimento a fim de esclarecer sobre as razões culturais implicadas no caso. O discurso de Floriano serviu para explicitar a questão em torno da territorialidade Mbyá, que se pauta pela circulação livre no espaço terrestre e que considera toda área de natureza como um espaço legítimo de obtenção de recursos, mesmo que hoje sobre ele exista a propriedade privada. Floriano apontou que os adolescentes considerados infratores não fizeram qualquer dano à propriedade e ao patrimônio particular do fazendeiro, pois buscavam o mel que é um recurso natural do mato e que, segundo os Mbyá, é um patrimônio deixado pelos deuses dos Guarani para o uso por eles, os originários habitantes desta região.

Não é apenas animosidade o que existe entre fazendeiros locais e os Mbyá do Inhacapedum. O proprietário da fazenda localizada do outro lado do rio teve uma reação diversa, quando se deparou com a presença dos Mbyá caçando e coletando dentro das matas de sua propriedade. Ele apenas chamou os índios para conversar, ofereceu alimento e disse que não se opunha ao fato deles estarem realizando suas atividades tradicionais nas matas de sua fazenda. Assim, os Mbyá do Inhacapedum podem realizar suas tradicionais expedições de caça e coleta por ambas as margens do rio, acessando a ilha com floresta ao lado da Reserva Indígena e até pontos mais distantes.

Uma outra interferência sobre a RI Inhacapedum é a grande frequência de visitantes não-índigenas vindos de São Miguel, de Santo Ângelo, Ijuí e de outras cidades próximas e distantes, para conhecerem os atrativos culturais disponibilizados pela comunidade. O cacique Floriano e muitos Mbyá consideram essa prática muito adequada, porque permite sensibilizar os brancos sobre a cultura Mbyá, além de servir como fonte de divisa, porque muitas vezes os visitantes chegam com presentes arrecadados (alimentos e roupas) e também compram artesanato das famílias Mbyá. A Reserva Indígena Inhacapedum ainda recebe a visita freqüente de técnicos dos diversos órgãos e instituições que prestam serviços à comunidade (secretarias municipais, FUNASA, FUNAI) e outras de caráter assistencial. Em períodos de campanha política, a comunidade fica dividida pela disputa de partidos, o que gera inclusive conflitos abertos.

A Reserva Indígena Inhacapedum abriga uma *tekoá* que faz parte da rede de comunidades Mbyá, que se prolonga entre as aldeias da Província Argentina de *Misiones* a oeste e as aldeias do Rio Grande do Sul a leste. Em termos de parentesco e alianças, os Mbyá do Inhacapedum têm ligações com as outras localidades identificadas neste Inventário, a saber: a Terra Indígena Salto Grande do Jacuí, a Terra Indígena Lomba do Pinheiro e a Terra Indígena Capivari. A ligação com estas localidades também se faz em termos étnicos e religiosos, havendo a constante circulação ente seus indivíduos em busca de recursos (espirituais, medicinais etc.) que são específicos a cada comunidade.

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: LOCALIDADE	--	--	--	--	F11	--
---	----	----	----	----	------------	----

4.2. PAISAGEM NATURAL E MEIO AMBIENTE

Na área da Reserva, segundo dados levantados pela EMATER em 2000, ano de reconhecimento da mesma, havia 5 ha. de áreas com capoeira (campos sujos), 185 ha. de áreas de “campos frouxos” destinados à pastagem permanente, 5 ha. de área de banhado, constituída por uma pequena depressão de altitude na área recortada por pequenas sangas e 35 ha. de mata nativa preservada, esta mata mantida pelos esforços do antigo proprietário, seu Marinho, que lutava, inclusive com moradores locais pela preservação do local, tendo a vendido somente pela condição de ser dada aos Mbyá, que segundo ele saberiam cuidar daquilo que ele tinha se esforçado por preservar. Note-se que em um levantamento realizado pela mesma EMATER em 2003, a área de mata nativa preservada continua a mesma, 35 ha. Quanto aos recursos de flora e fauna, segundo um levantamento realizado pelo antropólogo Dr. José Otávio Catafesto de Souza, o engenheiro florestal Luis Cláudio da Silva, antigo diretor do Museu das Missões, e o então cacique Mbyá-Guarani Osvaldo Paredes, na ocasião da demarcação da área em julho de 2001, foram identificadas diversas espécies florestais tais como frutíferas nativas como o araçá (*araxa guaçu*), araticum (*arachiku*), cereja (*yvyra japiro*), guavirova (*gavira*), guabiju (*yvaviju*), palmeira (*pindó*), pitanga (*yva pytã*) e guaporati (*yvaporaity*).

Outras espécies nativas identificadas pelo levantamento são: a guajuvira (*guajayvy*), muito utilizada no artesanato em madeira, o anjico (*kurupa'y*), o taquaruçu (*takua pekuru*), o cedro (*ygary*), entre muitas outras espécies nativas. Entre as espécies faunísticas, destacam-se como relevantes aos Mbyá como fontes de alimento o tatu (*tatu*), o quati (*chí'y*), a capivara (*kapi'yva*), o bugio (*karaja*), o veado (*guaxu*), entre os mamíferos de pequeno e médio porte; e entre os peixes o jundiá (*ñündí'a*), a piava (*pira pya'u*), os lambaris (*piku*), entre outros.

A atividade de caça não é tão freqüente quanto antigamente, devido à escassez dentro da localidade dos recursos faunísticos, decorrente da caça predatória desenvolvida por moradores locais e autoridades de São Miguel após a morte do proprietário da área da Reserva do Inhacapedum - Seu Marinho (hoje falecido) foi um incansável defensor das espécies nativas de suas terras.

Como principal recurso hídrico da localidade, podemos apontar o rio Inhacapedum, um dos braços direitos do rio Piratini. Este rio abarca em si as principais atividades Mbyá relacionadas à água como banho, lavagem de roupas, pesca etc.

4.3. PAISAGEM NATURAL E MEIO AMBIENTE

A RI Inhacapedum não possui marcos edificadas de maior importância, a não se a própria *Tekoá Koenju* (Aldeia Amanhecer), em especial a Opy (Casa de Reza), além das oó (casas tradicionais) e das casas de madeira construídas pelo Estado. Há também um prédio de alvenaria construído dentro da TI, que serve como posto de saúde. Há ainda um poço artesiano perfurado e, ao seu lado, um reservatório de água. Há hoje postes de fiação elétrica que abastece as casas.

Junto da RI Inhacapedum há o Assentamento da Barra (criando junto à confluência do rio Inhacapedum no rio Piratini). Para a população de São Miguel, o marco de localização das terras da Reserva é a “Barra”, denominação local da região onde a aldeia está instalada.

Não se encontrou nenhuma referência de trabalho de levantamento arqueológico ou arquitetônico desta localidade. Apesar do pouco tempo que estão instalados na Reserva, os Mbyá vêem nela espaço legítimo para estabelecer seus lares, uma terra onde podem trabalhar, descansar, para criarem seus filhos e manterem seu *nhande rekó* (o modo de vida tradicional Guarani).

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: LOCALIDADE	--	--	--	--	F11	--
---	----	----	----	----	------------	----

Algumas vantagens da *Tekoá Koenjü* em relação a outras Terras Indígenas são apontadas pelos Mbyá-Guarani como a distância de rodovias, abundantes recursos hídricos, distância conveniente da cidade (26 km), uso exclusivo da área reservada e conseqüentemente, maior afastamento dos brancos, além de agora possuírem terras boas e férteis para o cultivo de espécies de sua agricultura tradicional como o milho, a mandioca, a melancia branca, entre outros. A inclusão da *Opy* dentro das edificações de relevância deve-se a importância que esta tem na vida religiosa e cotidiana dos Guarani. É nela que se realizam as curas, os ritos religiosos, as principais celebrações, assim como é a partir dos acontecimentos religiosos e cosmológicos que acontecem dentro dela que o *Mbyá-Guarani* regula as principais atividades diárias da vida na aldeia como um todo, seja a preparação da época do plantio, da colheita, do ritmo das festas, etc.

4.4. MARCOS EDIFICADOS

Sem referência

5. FORMAÇÃO HISTÓRICA

OBS.: PARA LISTA COMPLETA DAS FONTES INVENTARIADAS, CONSULTAR O ANEXO 1: **BIBLIOGRAFIA**.

5.1. RESUMO

Foram procurados dados de maneira sistemática nas documentações disponíveis em diversas instituições, a começar pelo CCM (centro de Cultura Missioneira) da Universidade Regional Integrada (URI), localizado na cidade de Santo Ângelo, assim como na própria cidade de São Miguel das Missões, pesquisando em todos os Órgãos Públicos que contassem com algum material referente à presença dos *Mbyá-Guarani* no local. Buscaram-se informações que não ficassem restritas apenas à documentação “oficial” sobre a presença *Mbyá-Guarani* no Município (encontrada com relativa facilidade), a fim de dispor de subsídios complementares aos dados recolhidos dos próprios Mbyá-Guarani através de relatos, entrevistas e conversas informais que ocorreram no decorrer deste trabalho, assim como depoimentos de pessoas que estiveram com os *Mbyá* desde quando estes chegaram à Fonte Missioneira em 1994.

5.1.1 Relatório Histórico referente à comunidade Indígena *Tekoha Koenju*.

Sobre os *Mbyá-Guarani*: Sabe-se que o termo Guarani se refere ao tronco lingüístico, sendo algo muito amplo e o termo Mbyá se refere não só a um dialeto lingüístico, assim como à apontar características culturais específicas, separando-os assim das outras etnias Guarani, como *Nandeva-Guarani*, *Kaiova-Guarani* e *Apapokúwa*. Supõe-se, desde o conhecimento historiográfico disponível, que os *Mbyá-Guarani* eram reconhecidos como “índios monteses” ou “selváticos”, daqueles que não se permitiram catequizar ou reduzir, vivendo a margem das reduções jesuíticas. A denominação de índios selváticos acompanhou-os durante todos os séculos XVII e XVIII, até que se fizesse sua primeira definição etnológica, quando foram identificados como o grupo Caingá que habitava o Paraguai no século XIX. Muitas dessas informações chegaram até nós graças a escritos deixados por Don Felix de Azara, que registrou suas observações referentes aos Caaguá ou Caingá (monteses) de San Estanislau e Curuguaty no final do séc.XVIII no Paraguai. Existem registros também do Suíço Johan Rudolph Rengger que resultou de seu encontro com os Caingá no Paraguai entre 1820 e 1821. Pela monografia feita por Juan Bautista Ambrosetti, feita em 1895, esta considerada a primeira monografia ampla e sistemática sobre os Caingá, e ainda pelas conclusões de Leon Cadogan, pode-se dizer que o berço geográfico dos *Mbyá-Guarani* foi constituído pelas florestas do Paraguai Oriental e da região de *Misiones* no norte da Argentina.

Supõe-se que depois da Guerra do Paraguai começa-se todo um processo migratório, em razão da privatização das florestas do Estado Paraguaio. Foi neste processo que os *Mbyá-Guarani* começam a adentrar o território brasileiro.

A migração para terras brasileiras começa através de *Misiones* em direção ao oeste do Paraná e Santa Catarina e ao Alto - Uruguai. Esses Índios chegaram à região da cidade de Santa Rosa no Rio Grande do Sul nas primeiras décadas do século XX, chegando a haver uma tentativa do Governo do Estado de discriminar como terra indígena Toldos de Santa Rosa e Santo Cristo, mas não tardou que esses toldos fossem expropriados em benefício dos colonos não índios. A expansão dos Mbyá chega, em 1935, até o alto curso do rio Jacuí onde havia uma ocupação de *Nandeva-Guarani* na localidade do Salto Grande do Jacuí.

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: LOCALIDADE	--	--	--	--	F11	--
---	----	----	----	----	------------	----

Em outro pólo de migração, lançaram-se para a Depressão Central do Estado em direção ao litoral sul. Em razão dessa expansão do modo de vida *Mbyá*, em que é preservada a liberdade e a itinerância características de seu modo de vida, criam-se conflitos com os funcionários e técnicos das estruturas públicas e privadas que prestam serviços organizados segundo o critério de domicílios fixos, o que agrava ainda mais o processo de marginalização do povo *Mbyá-Guarani*, que em busca de uma Terra Sem Males em áreas com mata livre, mas que acabam na beira de rodovias em total situação de marginalidade.

Foi na metade da década de 1970 que se iniciaram esforços para a criação de terras indígenas (TIs) para assentar os *Mbyá-Guarani* do Estado, essa ação foi assumida pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI). Essa ação resultou na criação das primeiras TIs *Mbyá* ao final da década de 1990.

O Mbyá-Guarani em São Miguel das Missões:

Segundo entrevista cedida pelo arquiteto do IPHAN, Vladimir Fernando Stello, responsável pelas obras de preservação do sítio arqueológico de São Miguel das Missões e Maria Matilde Villega, arquiteta chefe do setor técnico do mesmo sítio, a partir de 1989 os *Mbyá-Guarani* começam a fazer visitas esporádicas a São Miguel. Atraídas pelo turismo, algumas famílias iam para o Município na tentativa de vender seus artesanatos, porém nessa época não chegavam a fixar moradia permanecendo apenas de passagem.

Somente no ano de 1993 que o *Mbyá* Jose da Acosta, este Argentino, e sua esposa Paula, de São Paulo, com o filho do casal Alexandro, se instalam na Fonte Missioneira de São Miguel das Missões, segundo relato de Seu Emilio Correa, ex-mestre de obras do IPHAN e natural da cidade. É importante relatar que Seu Emilio é uma figura chave no que diz respeito à chegada dos *Mbyá-Guarani* no Município de São Miguel das Missões, de maneira que os acompanhou prestando apoio financeiro, político e mesmo de saúde, desde a chegada destes até os dias atuais. Este auxílio era prestado, segundo o relato de Emilio, sempre que o setor público falhava, não sendo, entretanto, poucas as vezes que isso aconteceria.

O casal apontado acima, José Acosta e Paula, vieram foragidos para São Miguel em razão de Jose da Acosta ter “roubado” Paula de sua aldeia de origem, em São Paulo. Existem algumas controvérsias no que diz respeito sobre se a chegada de Jose da Costa com a família na Fonte Missioneira foi a porta de entrada para outros *Mbyá* se instalarem na Fonte ou não. Têm-se notícias, entretanto, de acampamentos *Mbyá* na frente do sítio arqueológico de São Miguel desde a década de 70, quando por ordem da prefeitura foram “patrolados”, não restando vestígio algum de sua passagem por ali, não fosse pela memória local.

Sabe-se que em 1994 a Prefeitura do Município de Tupanciretã colocou dezesseis *Mbyá-Guarani*, que vieram da Argentina para o referente Município, em uma Kombi, expulsando-os arbitrariamente para São Miguel dizendo que essa cidade seria lugar de índio. Nesse ano, o Prefeito de São Miguel das Missões, na época o Sr. Waldir Frizzo, encaminhou estes índios para a fonte Missioneira.

Sabe-se por relatos de seu Emilio, dos arquitetos Vladimir e Matilde, bem como dos próprios *Mbyá*, que as condições de vida na Fonte Missioneira eram precárias. As famílias que lá moravam - segundo informações do *Mbyá* Miguel Duarte, aproximadamente cinco - viviam do artesanato, convivendo, porém, com dificuldade de acesso à matéria-prima para este a confecção deste artesanato (peças zoomorfas em madeira talhada, colares com dentes e sementes, cestaria em fibra de taquara etc.).

Alem disso, os *Mbyá-Guarani* conviveram com o preconceito da população local, havendo até mesmo um caso de apedrejamento na casa de Jose Acosta. É interessante que mesmo sabendo da situação difícil que este grupo vivia, eles se negam em suas entrevistas a relatar estes acontecimentos, inferi daí a preocupação destes que o material coletado pelos pesquisadores caia em “mãos erradas” prejudicando a comunidade aldeada. Cabe lembrar que estes primeiros *Mbyá-Guarani* que chegam à fonte missioneira vieram em sua maioria da Terra Indígena Guarita em Tenente Portela no noroeste do Estado, da região de *Misiones* na Argentina e de Maquine em Osório-RS. Segundo relatos dos próprios *Mbyá*, as principais causas de sua migração para São Miguel são os melhores mercados para venda de seu artesanato, os conflitos com os *Kaingang* (principalmente na reserva da Guarita, aonde a relação chegava às raias do roubo, do espólio e da violência dos *Kaingang* contra os *Mbyá*, que muitas vezes se viam enclausurados nos fundos das terras que dividiam com este outro grupo.), a busca de melhores terras para a agricultura (no caso dos que vieram de Maquine) e a distância das rodovias (devido aos perigos para as crianças das já antigas ocupações dos *Guarani* a beira das rodovias).

Em Setembro de 1996 houve uma intervenção efetuada pela Procuraria da República sediada em Santo Ângelo exigindo providências da FUNAI e da Prefeitura Municipal para melhorar a situação de vida dos *Mbyá-Guarani* residentes na Fonte. Têm-se assim dados que demonstram a situação de penúria destes logo de sua chegada em São Miguel.

No mesmo ano de 1996, Emilio Correa dos Santos sugeriu, para os *Mbyá-Guarani*, uma área de propriedade de Dona Acácia de Oliveira e Seu Marinho Francisco de Oliveira. Sabe-se que uma comissão deste grupo, já fazia algum tempo, andava pela região junto de representantes de Organizações Não-Governamentais (como o COMIN e o CIMI) à procura de áreas com mata para obterem enquanto espaço de ocupação oficial.

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: LOCALIDADE	--	--	--	--	F11	--
---	----	----	----	----	------------	----

Quanto a localização da área, vide Laudo antropológico das Áreas Guarani de José Otávio Catafesto, 2001 e anexo INRC - Localidade do Inhacapedum. A RI Inhacapedum fica aproximadamente a uns 40 minutos de carro do perímetro urbano de São Miguel das Missões. Sabe-se por fonte histórica que a região do Inhacapedum localizada em São João das Missões, 4º distrito de São Miguel, não era uma área que recentemente (ao menos nos últimos dois séculos) tenha sido ocupada por grupos indígenas.

Faz-se registro que no ano de 1825 fundou-se ali uma colônia alemã, tendo esta sido esvaziada um ano depois decorrente do isolamento de outras regiões mais povoadas do Estado. Por este motivo, a área do Inhacapedum, foi homologada como Reserva Indígena, prestando sim, à manutenção do modo de vida Guarani, e não como Terra Indígena, por não apresentar um caráter de ancestralidade indígena.

Neste mesmo ano que os Mbyá-Guarani foram assentados na reserva (2001), passaram também a ocupar com intensidade uma casa em ruínas, que se encontra junto ao muro da quinta, atrás dos Remanescentes Físicos da Igreja de São Miguel Arcanjo, no Sítio Arqueológico de São Miguel. A razão disto é a necessidade que esses têm de ter um lugar para pernoitar enquanto estão na cidade para vender seu artesanato. Por isso, foi construída uma casa de madeira atrás do sítio arqueológico, que serve como casa de passagem aos Mbyá que precisam pernoitar na cidade.

5.1.2 -Projetos referentes a comunidade Mbyá-Guarani na Tekoha Koenju:

O primeiro projeto realizado com a comunidade indígena já assentada foi o RS RURAL 2000, dirigido na Tekoa Koenju pela EMATER/RS de São Miguel das Missões. Projeto este do ano de 2000, porém foi aprovado e colocado em prática somente em Agosto de 2001. Este projeto teve seqüência por dois anos - o RS Rural 2001 e RS Rural 2002, sempre tendo como Órgão responsável em São Miguel a EMATER. Este projeto foi reeditado e vigorou por mais dois anos (2003-2004).

Estes projetos tiveram por finalidade a melhoria das condições de vida da comunidade Mbyá, estimulando e dando apoio com ferramentas e animais de tração à agricultura de subsistência, procurando preservar o meio ambiente com reflorestamento da mata nativa, prevendo também a construção de habitações na área em questão. Tudo feito no esforço de garantir o auto-sustento da Reserva a partir da continuidade da fabricação de artesanato, da agricultura e da caça. Tentou-se implantar também a criação de animais de corte dentro da Reserva como bovinos, galináceos e suínos.

Nem todas as metas foram atingidas pela EMATER junto aos Mbyá, mas é necessário referir que o técnico Edson Santos Leal tem presença muito marcante na comunidade, o que explica o relativo sucesso nos projetos realizados. Em 02 de outubro de 2002, foi elaborada uma parceria entre a EMATER e a Igreja Católica de São Miguel das Missões. A razão desta parceria foi a carência de materiais para construção de casas, projetadas pelo RS Rural. Edson Santos Leal se valeu da Campanha da Fraternidade deste mesmo ano de autoria da Igreja Católica, que com o título “Por uma terra sem males”, voltava-se assim para a defesa da cultura indígena. Com isso, Edson pediu reforços para a Igreja na tentativa de suprir a carência de material, como telhas, pregos etc. Esta tentativa foi válida, de maneira que a Igreja prestou a ajuda necessária para a conclusão das construções das moradias que hoje lá estão.

Mesmo com a ajuda de órgãos como a EMATER, no que diz respeito a manutenção da aldeia como o estímulo da agricultura, há situações em que órgãos como a Prefeitura de São Miguel das Missões agem com total desprezo pela comunidade Mbyá-Guarani. Um caso que demonstra esse desleixo foi presenciado pela equipe do INRC enquanto atuava na cidade, onde a FUNAI financiou toda a manutenção à prefeitura emprestar um trator para a comunidade indígena fazer a aração de suas terras e o mesmo trator demorou semanas para chegar à aldeia em razão de estar emprestado para um latifundiário da região.

Da mesma maneira que houve pouco caso com o trator, algo semelhante ocorreu com as sementes mandadas pela FUNAI para a Reserva. Estas demoraram em demasia para chegar até a área, chegando depois do prazo de plantio estipulado pelo Karaí (Pajé), da aldeia. Esses incidentes acontecem muitas vezes por falta de sensibilidade das pessoas que tratam com esses grupos. É válido lembrar aqui que a noção de tempo para plantio dos Mbyá-Guarani difere da nossa, sendo a deles estipuladas por todo um esquema cosmológico pronunciado pelo Karaí (Pajé, chefe místico) segundo as fases da lua e não pelos métodos que os brancos convencionam.

Em 2003 estiveram presentes em São Miguel das Missões várias autoridades políticas, entre elas o Ministro da Agricultura, o Governador do Estado do RS, Ministro do Turismo, Ministro da Integração Nacional e o Secretário da Agricultura do Estado. Essas autoridades estiveram também reunidas com os Mbyá-Guarani. Esta visita foi o impulso para a criação em Maio de 2003 de um relatório que contou com a participação de várias entidades da cidade, onde pode se citar: EMATER / RS, Escola Estadual Pe. Antonio Sepp, IPHAN 12ª sub-regional, Museu das Missões, e a organização não governamental Tekoha.

Este relatório teve como intenção, apresentar um “raio x” da situação dos Mbyá-Guarani no momento em questão,

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: LOCALIDADE	--	--	--	--	F11	--
---	----	----	----	----	------------	----

procurando ainda realizar uma análise sobre todos os projetos realizados com este grupo até então, sugerindo por fim, projetos que seriam importantes para a comunidade indígena, entre eles o saneamento básico e a instalação de energia elétrica na área de Inhamatupum.

A criação do projeto educação indígena Guarani, Arte e cultura Guarani, em 2003, coordenado pela professora Gessi Bolira e o Cacique Floriano Romeu foi um marco da divulgação da cultura Guarani em São Miguel das Missões e região, pelo menos no que diz respeito à música. Esse projeto que tem como lugar de intervenção a escola indígena Guarani e a Reserva *Mbyá-Guarani* estimulou a criação do Coral *Jerojy*.

Este coral, que conta com a participação de 10 crianças Mbyá; 5 meninos e 5 meninas de 6 a 14 anos e tem como regente o Cacique Floriano, conta hoje com o apoio da Secretaria de Saúde e apoio do SEBRAE /RS , Colégio Anchieta e Casa de Passagem São Francisco para, gravar um CD, A partir desta divulgação, o Coral *Jerojy* recebeu o prêmio de Ordem do Mérito Cultural das mãos do Presidente Luís Inácio Lula da Silva.

O coral *Jerojy* é chamado hoje para participar de praticamente todos os eventos da cidade de São Miguel das Missões. No entanto há incidentes no mínimo revoltantes, que explicitam a maneira como as autoridades da cidade (com aval da maior parte da população), usam a imagem do índio. Como figuras exóticas descendentes de um passado morto, para os turistas se banquetear com fotos e admiração, para depois devolverem-nos para sua aldeia sem ao menos uma retribuição digna.

Um desses casos ocorreu em 2004, quando da participação dos Mbyá no desfile de Sete de Setembro, onde o grupo desfilou e apresentou-se com sua música. Logo após o término do desfile, os organizadores do evento ofereceram um enorme churrasco para a população de São Miguel. O citado churrasco era pago, porém os Mbyá além de não receberem remuneração por sua apresentação, não ganharam um pedaço de carne, e sim um pedaço de pão seco para almoçarem.

Logo após os integrantes da equipe do INRC tentarem resolver esta situação junto a um integrante do PRONAGER, um candidato à vice-prefeito levou alguns pedaços de carne para esses Mbyá (que tinham sobrado dos espetos nas mesas), tirando ainda várias fotos para uso em sua campanha política, ou seja, os Guarani foram usados duas vezes, uma na representação durante o desfile, com esses apontados como parte da história da região e em um segundo momento como instrumentos de promoção política.

Paralelo ao projeto do coral foi realizado um projeto também elaborado pela Escola Padre Antonio Sepp, que previa aulas de Português e Guarani para as crianças da comunidade Mbyá-Guarani. Essas aulas têm como lugar de intervenção a Escola indígena Guarani, e como professores a já citada Gessi Bolira e Mariano Aguiere, este um Mbyá-Guarani bilíngüe. São oferecidas aulas da 1ª a 4ª séries, e acredito ter bons níveis de adesão, pois praticamente todas as crianças da aldeia em idade escolar falam e escrevem o Guarani, e o Português com considerável compreensão.

Em 19 de Dezembro de 2003, por intermédio da Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano junto com o Gabinete Municipal de São Miguel das Missões, começa a transferência de recursos para a construção das habitações na *Tekoá Koenju*, para famílias com renda até cinco salários mínimos. Estas casas feitas de madeira e telhas são boas e bem abrigadas, mas é interessante perceber que ao lado de cada casa feita pelo Estado os Guarani construíram casas tradicionais ao lado. Essas, feitas de taquara e barro.

Em 13 de Julho de 2004 é aprovado pelo Prefeito Mario Augusto Ribas do Nascimento, de São Miguel das Missões a abertura para o processo de licitação para a aquisição de materiais para a construção de um sistema simplificado de abastecimento de água potável. Até o presente momento a água que esses Mbyá consomem provém de uma poço artesiano, até então havendo água potável em apenas alguns lugares específicos de dentro da área. Algo que prejudicava a retirada da água deste poço foi a ausência de energia elétrica necessária para o motor da bomba hidráulica, o que foi resolvido com a chegada da energia elétrica em 2006.

5.2. CRONOLOGIA

DATA	EVENTO
FINAL DO SÉC. XVIII	Don Félix de Azara, deixa registradas as primeiras observações sobre os Guarani caaguá, "ou monteses", (selváticos) de San Estanislau e Curuguaty, no Paraguai.
1820-1821	O suíço Johan Rudolph Rengger, registra seu encontro com os Guarani do Paraguai, na época conhecidos como cainguá, índios antecedentes dos hoje chamados Mbyá-Guarani.
1865-1870	Após a Guerra do Paraguai inicia-se um processo de privatização das selvas pelo Estado paraguaio, que atinge diretamente o território Mbyá-guarani, esse fato desencadeia um processo migratório que espalha-se por toda a bacia do prata e interior do Brasil.
1891	O suíço Manchon esteve em visita por três meses com alguns Cainguá-Mbyá, e deles deixou

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: LOCALIDADE		--	--	--	--	F11	--
	alguns registros escritos e iconográficos.						
1895	Juan Bautista Ambrosetti faz uma primeira monografia ampla e sistemática sobre os caingua, (Guarani do Paraguai).						
1911 E 1924	O Padre alemão Franz Muller fracassa ao tentar realizar uma atividade de Missão religiosa entre os Mbyá-Guarani do Paraguai oriental.						
1935	Os Mbyá-Guarani chegam ao alto do Jacuí, na localidade do Salto do Jacuí, onde já havia uma ocupação Nandeva.						
DÉCADA DE 1970	Iniciam-se esforços pela FUNAI para a criação de terras indígenas (TIs) para os Mbyá-Guarani no Estado. Acampamentos de Mbyá em frente o Sítio Arqueológico de São Miguel das Missões, com posterior patrulagem a mando da administração pública destes acampamentos.						
1989	Os Mbyá-Guarani começam aparecer esporadicamente em São Miguel das Missões, na tentativa de vender seus artesanatos aos turistas que vinham visitar as ruínas e o museu da cidade. Porém não fixam ainda moradia na região.						
DÉCADA DE 1990	Ao final da Década de 1990, são consolidadas as primeiras TIs para os Mbyá-Guarani no sul do Brasil.						
1994	Os Mbyá-Guarani ocupam a fonte missioneira, onde foram assentados pelo antigo Prefeito Waldir Frizzo, em razão da exportação arbitrária dos mesmos pela prefeitura do Município de Tupanciterã.						
1995	O Mbyá José Costa acompanhado de sua esposa Paula e seu filho Alexandro se instalam no local onde fica a fonte missioneira de São Miguel das Missões.						
1996	Emilio Correa dos Santos, Mestre-de-obras do IPHAN e natural da cidade de São Miguel das Missões apresenta a propriedade de Dona Acácia de Oliveira e de Marinho Francisco de Oliveira, no Rio Inhacapetum para os Mbyá-Guarani que percorriam a região atrás de uma área florestada para fixarem moradia.						
SETEMBRO DE 1996	Intervenção no quadro precário que os Mbyá vivenciam na Fonte pela Procuradoria da República sediada em Santo Ângelo, onde é exigida a tomada de providências pela FUNAI.						
1998	Criação do ONG Projeto Tekoha.						
OUTUBRO DE 2000	Com o falecimento de marinho Francisco de Oliveira, metade da propriedade entra em espólio e partilha aos irmãos vivos do mesmo que dividirão com Dona Acácia o valor final de pagamento da desapropriação promovida pelo Governo do Estado.						
29 DE NOVEMBRO DE 2000º	O Governador Olívio Dutra assina o decreto de desapropriação das áreas de Cochilha da Cruz (Barra do Ribeiro), Água Grande (Camaquã), e Inhacapetum (São Miguel das Missões).						
10 DE JULHO DE 2001	Os Mbyá-Guarani são assentados em uma área de terra de 236,33 hectares, adquiridos pelo Governo do Estado, junto as margens do Rio Inhacapetum.						
2001	No mesmo ano da ocupação da área, os Mbyá-Guarani passam a ocupar a Casa de Passagem localizada nos fundos do Sítio Arqueológico de São Miguel das Missões, no intuito de pernoitar e permanecer na cidade enquanto realizam o trabalho de venda do artesanato.						
02 DE AGOSTO DE 2001	É elaborado o projeto RS Rural pela EMATER (Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica a Extensão Rural), de São Miguel das Missões, tendo como técnicos responsáveis, Edson Santos Leal e Gomercindo R. Vargas. Este projeto é assinado por 12 famílias Mbyá-Guarani, e tem como proposta melhorias nas condições de vida para as famílias cadastradas, através da viabilização da infra-estrutura social básica e ações de geração de renda. Outras das metas são a construção de habitações e o desenvolvimento da agricultura de						

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: LOCALIDADE	--	--	--	--	F11	--
---	----	----	----	----	------------	----

	subsistência. Dentre as ações que visam à melhoria das condições do meio ambiente, pode se destacar o aumento da área coberta com matas através do reflorestamento com espécies nativas. No que diz respeito ao artesanato o projeto propõe a continuidade da confecção de peças artesanais tradicionais, sendo possibilitada pela existência de matéria prima na área.
--	---

6. PLANTAS, MAPAS E CROQUIS

Mapa 19 – São Miguel – Inhacacetum Mapa 20 – Inhacacetum Coordenadas

7. LEGISLAÇÃO

INSTRUMENTOS DE PROTEÇÃO AMBIENTAL E PATRIMONIAL E DE PLANEJAMENTO
Constituição Federal de 1988 Título VII – Da Ordem Social Capítulo VIII – Dos Índios Artigo 231 – Reconhece a organização social, costumes, línguas e tradições dos índios e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarca-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens. Artigo 232 – Prevê a legitimidade dos índios, suas comunidades e organizações para ingressar em defesa de seus direitos e interesses, intervindo no Ministério Público em todos os atos do processo. - Constituição Estadual do Rio Grande do Sul de 1989 Texto Constitucional Título VII – da Segurança Social Capítulo V – Da Família, da criança, do adolescente, do idoso, dos índios e da defesa do consumidor Seção II – Dos Índios Artigo 264 – Promoção e incentivo por parte do Estado à autopreservação das comunidades indígenas, assegurando-lhes o direito à sua cultura e organização social. Artigo 265 – o Estado proporciona às comunidades indígenas o ensino regular e bilíngüe. Decreto nº 40.483 de 29 de novembro de 2000 Decreta a desapropriação de uma gleba de terras e acessórios situados no município de São Miguel das Missões – RS na localidade denominada Inhacacetum. A desapropriação das terras faz-se necessária em favor das comunidades indígenas mbyá-guarani que habitam o Estado do Rio Grande do Sul.

8. AVALIAÇÃO E PERSPECTIVAS

8.1. PROBLEMAS E POSSIBILIDADES
A Reserva Indígena do Inhacacetum é uma área que surgiu para viabilizar a sustentabilidade da comunidade Mbyá-Guarani em São Miguel das Missões, antes assentada de maneira precária na periferia da cidade. A melhoria das condições é ilustrada pelo crescimento populacional da comunidade, sem que isso signifique que se tenham criado condições ótimas de sustentabilidade. Há uma série de problemas ainda por serem equacionados

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: LOCALIDADE	--	--	--	--	F11	--
---	----	----	----	----	------------	----

- 1) Há que se obterem mais casas de madeira para abrigar as famílias ainda não contempladas, procurando aplicar um projeto mais adequado ao sistema de residência dos *Mbyá*;
- 2) Há que se equacionar o pagamento do consumo de energia elétrica dentro da Reserva, na medida em que os *Mbyá* precisam de um tempo de adaptação para o sistema de pagamento domiciliar da conta de consumo;
- 3) Há que se estimular a licença de acesso dos *Mbyá* ao interior das fazendas existentes próximas da Reserva Indígena, daquelas que possuem áreas de mata que sirvam para eles exercerem suas formas tradicionais de produção e consumo;
- 4) Há que se criar uma escola bilingue dentro da Reserva, destinada aos *Mbyá*;
- 5) Há que se regular o acesso de visitantes ao interior da Reserva Indígena, a fim de preservar o cotidiano da comunidade;
- 6) Há que se continuar desenvolvendo projetos de sustentabilidade, a fim de que a comunidade possa ter autonomia alimentar, mas sempre preservando a integração dos próprios *Mbyá* no processo de decisão e implementação das diretrizes de produção;
- 7) Há que se regular a utilização da imagem e das referências culturais dos *Mbyá* em favor dos interesses turísticos e econômicos do município, sem que se faça retribuição contínua com sua autodeterminação;
- 8) Há que se regular a interferência de partidos políticos e de instituições não-governamentais dentro da Reserva Indígena, o que tem gerado conflitos internos;

Há que se implementar o reconhecimento de outras áreas na região enquanto reservas ou Terras Indígenas, para o assentamento de mais famílias *Mbyá*, como poderão ser a Mata São Lourenço e a Esquina Ezequiel.

8.2. RECOMENDAÇÕES

A Reserva Indígena Inhapetum surgiu de um conjunto de esforços promovidos por diversas pessoas, que se sensibilizaram pela causa da comunidade *Mbyá* em São Miguel em dispor de condições ambientais necessárias à reprodução do seu *nhande rekó*. Condições essas que podem se reproduzir, desde que haja vontade política pra tal.

Em primeiro, os *Mbyá* estão motivados para obterem novas áreas de mato na região, algumas delas identificadas neste inventário. Em segundo, é necessário aproveitar a conjuntura favorável, já que as áreas com mato sofreram grande desvalorização comercial nas últimas décadas, devido à legislação ambiental de proteção e à fiscalização do IBAMA. Muitos proprietários de áreas com mata estão querendo vender suas terras e consideram que os índios podem promover para que o Estado execute esse negócio em seu favor.

A organização da comunidade *Mbyá-Guarani* em São Miguel é o resultado das condições favoráveis criadas nas margens do rio Inhapetum, o que tem permitido um revival da tradição cultural, como exemplificam a recente organização do Coral *Jerojy* e também a contínua prática de confeccionar o artesanato vendido junto ao Museu das Missões.

A Localidade RI Inhapetum tem muitos bens culturais identificados neste Inventário, na medida em que ela serviu de base para o desdobramento da metodologia proposta na aplicação do INRC.

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: LOCALIDADE	--	--	--	--	F11	--
---	----	----	----	----	------------	----

9. DOCUMENTOS ANEXADOS

OBS.: VER ANEXO 1: BIBLIOGRAFIA

ANEXO 3: BENS CULTURAIS INVENTARIADOS	A3.1 nº 01 - Edificação: <i>Oó</i> A3.1 nº 02 - Edificação: <i>Opy</i> A3.1 nº 03 - Formas de Expressão: <i>Jerojy</i> A3.1 nº 04 - Lugar: <i>Tekoá Koenju</i> A3.1 nº 05 – Ofícios e modos de fazer: Artesanato A3.1 nº 06 - Ofícios e modos de fazer: Pesca A3.1 nº 07 - Ofícios e modos de fazer: Caça A3.1 nº 08 - Ofícios e modos de fazer: Coleta
ANEXO 4: CONTATOS	Considerando a grande amplitude das relações entre as localidades, definidas pelo <i>tape</i> , o Anexo 4: Contatos é apresentado em arquivo único, e assim, refere-se à Ficha de Identificação Sítio (não estando dividido por localidades).
FICHAS DE IDENTIFICAÇÃO DE BENS	F30.1 – Ficha de Identificação Edificação: <i>Oó</i> F30.2 - Ficha de Identificação Edificação: <i>Opy</i> F40.1 – Ficha de Identificação Formas de Expressão: <i>Jerojy</i> (música e dança Mbyá-Guarani) F50.1 – Ficha de Identificação Lugar: <i>Tekoá Koenju</i> F60.1 – Ficha de Identificação Ofícios e modos de fazer: Artesanato F60.2 – Ficha de Identificação Ofícios e modos de fazer: Pesca F60.3 – Ficha de Identificação Ofícios e modos de fazer: Caça F60.4 - Ficha de Identificação Ofícios e modos de fazer: Coleta

10. IDENTIFICAÇÃO DA FICHA

PESQUISADOR(ES)	Alessandra , Adrián Campana, Carlos de Moraes, Cristian Pio Ávila, Daniele Menezes Pires, Diogo Schowchow Blotta e José Otávio Catafesto de Souza.		
SUPERVISOR	Beatriz Muniz Freire		
REDATOR	Alessandra, Cristian pio Ávila, Diogo Schowschow Blotta e José Otávio Catafesto de Souza..	Data Data de conclusão do inventário	
RESPONSÁVEL PELO INVENTÁRIO	José Otávio Catafesto de Souza		
		25/09/2006	